

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.533.151 - RN (2019/0189331-9)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ROVANY COUTO DA SILVA
ADVOGADOS : SOSTHENES MARINHO COSTA - PB004886
VITOR MACIEL COSTA - PB016250
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. APOSENTADORIA ESPECIAL. EFICÁCIA DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. AGENTE ELETRICIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DO CABIMENTO DO RECURSO DE EMBARGOS DE INFRINGENTES. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL. AGRAVO CONHECIDO PARA DETERMINAR SUA CONVERSÃO EM RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por Rovany Couto da Silva contra decisão proferida pelo Presidente do TRF-5ª Região que negou seguimento ao seu recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

Em suas razões de agravo em recurso especial, sustenta Rovany Couto da Silva que o recurso especial não visa reexame de provas.

Em contraminuta ao agravo em recurso especial, sustenta-se a manutenção da decisão agravada.

O recurso especial que se pretende o seguimento, impugna acórdão proferido em sede de embargos de divergência, dando-lhes provimento, para julgar o pedido de aposentadoria especial improcedente.

Em suas razões de recurso especial, sustenta Rovany Couto da Silva que o Tribunal *a quo* negou vigência ao artigo 489, II, § 1º, do CPC/2015, pois teria se negado a examinar a violação dos artigos 14 e 1.048 do CPC/2015; artigos 5º, 14, 942 e 1.046, do CPC/2015, pois o resultado do julgamento dos embargos infringentes, além de violar a boa-fe objetiva processual, o CPC/2015 é o Código de regência quando da publicação do acórdão recorrido, assim não caberia o recurso de embargos infringentes. Sustenta, ainda, dissídio jurisprudencial entre o acórdão recorrido e um paradigma do STJ, AgRg no ARES 819.216/SP, quanto ao direito intertemporal para aplicação da norma processual civil. Sustenta, também violação do artigo 515 do CPC/1973 correspondente ao artigo 1.013, § 3º, do CPC/2015, pois a apelação do INSS não devolveu a matéria relativa à eficácia do uso de equipamento de proteção individual, tema, portanto, que não poderia ser enfrentado pelo Tribunal *a quo*.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se a manutenção do acórdão recorrido.

Noticiam os autos que Rovany Couto da Silva ajuizou ação em face do Instituto Nacional do Seguro Social, objetivando aposentadoria especial.

A sentença julgou o pedido procedente em parte.

Superior Tribunal de Justiça

Contra a sentença foram opostos embargos de declaração, aos quais foi negado provimento.

Ambas as partes apelaram e a remessa oficial foi tida por interposta, tendo o Tribunal *a quo* negado provimento à apelação do INSS e à remessa oficial e dado parcial provimento à apelação da parte autora, para reconhecer o direito à aposentadoria especial desde o requerimento administrativo, nos termos da seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. ELETRICIDADE. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE. POSSIBILIDADE. ART. 57 DA LEI 8.213/91. VALIDADE. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS. CRITÉRIOS.

1. Versa a matéria dos presentes autos acerca da possibilidade (ou não) do reconhecimento do tempo de serviço exercido em condições especiais pelo autor na INFRAERO no período de 21.06.83 a 21.07.09, objetivando-se a concessão de aposentadoria especial. O douto juízo de primeiro grau apenas reconheceu como especial o período de contribuição de 21.06.83 a 27.04.95.

2. O tempo de serviço é regido sempre pela lei da época em que foi prestado. Dessa forma, em respeito ao direito adquirido, se o Trabalhador laborou em condições adversas e a lei da época permitia a contagem de forma mais vantajosa, o tempo de serviço assim deve ser contado e lhe assegurado.

3. *In casu*, restou devidamente demonstrado, através de PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO - PPP (fls. 23/24), com identificação do profissional legalmente habilitado, que o autor efetivamente exerceu suas funções na INFRAERO no período de 21.06.83 a 21.07.09, sujeito a condições especiais de modo habitual e permanente, expondo-se ao agente nocivo *eletricidade* (tensão de 220 V até 13.800 V) e óleo diesel, fazendo jus, portanto, ao cômputo de serviço especial de forma majorada.

4. Embora a eletricidade não conste do rol do Decreto nº 2.172/97, a atividade exposta ao referido agente pode ser tida como especial, considerando o caráter meramente exemplificativo da citada lista, conforme já decidido pelo STJ (AgRg no REsp 1284267/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/02/2012, DJe 15/02/2012).

5. Restando devidamente comprovado que o autor exerceu por mais de 25 anos as suas atividades em condições especiais, é de se lhe conceder Aposentadoria Especial, nos termos preconizados pelo art. 57 da Lei 8.213/91, a partir do requerimento administrativo. Precedentes desta Corte.

6. Os valores em atraso deverão ser monetariamente corrigidos de acordo com o Manual de Cálculos da Justiça Federal e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação válida.

7. Apelação do INSS e Remessa Oficial improvidas e Apelação do Particular parcialmente provida, para reconhecer como especial todo o período em que o requerente laborou na INFRAERO (21.06.83 a 21.07.09), e, consequentemente, o seu direito a aposentadoria especial, a partir do requerimento administrativo.

8. Honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, observada a Súmula 111 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

O INSS opôs embargos de declaração, aos quais foi negado provimento.

O INSS interpôs recurso especial e recurso extraordinário, ambos admitidos pelo Presidente do Tribunal *a quo*.

Ascenderam os autos ao STJ, o recurso especial foi distribuído a este Relator que lhe deu parcial provimento, nos termos da seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. JUROS DE MORA. LEI 11.960/2009. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO 1.270.439/PR. CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Contra essa decisão, o INSS interpôs agravo regimental, tendo a Segunda Turma do STJ negado provimento ao recurso, nos seguintes termos:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. JUROS DE MORA. LEI 11.960/2009. INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL POR ARRASTAMENTO DECLARADA PELO STF NA ADI 4.357/DF E ADI 4.425/DF. SOBRESTAMENTO DO FEITO. DESNECESSIDADE. ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA. INPC. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Os juros de mora corresponderão aos juros dos depósitos em caderneta de poupança, nos termos do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009. Solução que resulta da declaração de inconstitucionalidade parcial do artigo 5º da Lei 11.960/2009, proferida na ADI 4.357/DF e ADI 4.425/DF.
2. A pendência de julgamento de ação em que se discute a constitucionalidade de lei não enseja o sobrestamento dos recursos que tramitam no STJ, salvo determinação expressa do STF.
3. No que se refere à correção monetária, impõe-se o afastamento do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009, em razão da declaração de inconstitucionalidade quanto ao ponto, no julgamento da ADI 4.357 e da ADI 4.425/DF.
4. Tratando-se de benefício previdenciário, havendo lei específica, impõe-se a observância do artigo 41-A da Lei 8.213/1991, que determina a aplicação do INPC.
5. Agravo regimental não provido.

Quanto ao recurso extraordinário, determinou-se seu sobrestamento nos termos do artigo 543-B do CPC/1973, diante do Tema 555 de repercussão geral, ARE 664.335/SC, quanto à eficácia do equipamento de proteção individual no trabalho, para fins de caracterização de tempo de serviço especial.

Julgada a repercussão geral pelo STF, determinou-se o encaminhamento do processo à Turma *a qua*, para o juízo de adequação ao ARE 664.335/SC.

Superior Tribunal de Justiça

A Turma julgadora manteve a concessão da aposentadoria especial, nos termos da seguinte ementa:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. AGENTE NOCIVO ELETRICIDADE. CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE. POSSIBILIDADE. REMESSA DA VICE-PRESIDÊNCIA DESTES TRF. ANÁLISE DO ACÓRDÃO RECORRIDO À LUZ DO ENTENDIMENTO ADOTADO PELO STF NO ARE 664335-SC, JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. EPI - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL.

1. Autos encaminhados a esta Relatoria pela Vice-Presidência desta Corte, sob o rito do art.543-B, § 3º, II, do CPC, para apreciação do acórdão recorrido, em face do posicionamento adotado pelo Colendo STF nos autos do ARE 664335-SC, que tem como questão controvertida o fornecimento de EPI-Equipamento de Proteção Individual como fator de descaracterização do tempo de serviço especial.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE 664335-SC, pela sistemática do art. 543-B do CPC, assentou a tese de que, se o Equipamento de Proteção Individual (EPI) for realmente capaz de neutralizar a nocividade, não haverá respaldo constitucional à aposentadoria especial, salvo se o agente nocivo for ruído.

3. Embora conste no PPP que trata-se de EPI eficaz, não é possível concluir, por meio da *declaração do empregador no âmbito do referido documento*, que o equipamento fornecido ao segurado é eficaz a ponto de realmente neutralizar a nocividade do risco causado pelo contato com os agentes nocivos, nos termos do entendimento do STF.

7. Atente-se para fato de que a proteção individual limita-se ao contorno físico do trabalhador e, muitas vezes, pode ser restrita a um dos sentidos humanos afetados. É possível, ainda, que exposição ao agente nocivo refira-se à condição do ambiente de trabalho, persistindo o risco à saúde do trabalhador, mesmo considerando o uso correto, obrigatório e permanente dos equipamentos de proteção individual. Ademais, consta a informação de que não há eficácia nos equipamentos de proteção coletiva (fls. 23/24).

8. A teor da decisão proferida pelo Suprema Corte, por ocasião do julgamento do ARE 664.335, "quando houver divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual", como ocorre nestes autos, "a premissa a nortear a administração e o judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício de aposentadoria especial". Isto porque o Uso de EPI, no caso concreto, pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete.

9. Desta forma, havendo dúvidas de que o equipamento fornecido ao segurado é eficaz a ponto de realmente neutralizar a nocividade do risco causado pelo contato com os agentes nocivos, não há falar em adequação ao julgado do STF, devendo ser mantido o entendimento, de que as atividades exercidas pelo autor, no período de 21.06.83 a 21.07.09, são de natureza especial.

5. Reapreciação do acórdão recorrido, nos termos do art. 543-B, §3º, do

Superior Tribunal de Justiça

CPC, à luz do entendimento adotado pelo STF no ARE 664335 -SC; contudo, para o caso dos autos não houve modificação do resultado proferido anteriormente por esta Turma, que condenou a autarquia previdenciária à concessão do benefício de aposentadoria especial ao autor.

6. Mantido o julgamento anterior que negou provimento à Apelação do INSS e à Remessa Oficial e deu parcial provimento à Apelação do Particular.

Contra esse acórdão, o INSS opôs embargos infringentes, os quais foram providos, para negar provimento ao apelo da parte autora, dando provimento à apelação do INSS e à remessa oficial, para julgar o pedido inicial.

Rovany Couto da Silva opôs embargos de declaração, aos quais foi negado provimento.

Contra o acórdão, Rovany Couto da Silva interpôs recurso especial e recurso extraordinário, ambos não admitidos pelo Presidente do Tribunal *a quo*.

Contra a decisão denegatória do recurso especial, Rovany Couto da Silva interpôs agravo em recurso especial, recurso ora em análise.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente é necessário consignar que recai ao presente recurso o Enunciado Administrativo 3/STJ.

O agravante impugnou o fundamento adotado na decisão agravada e mostrando-se preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade do presente recurso, adentra-se o mérito.

A questão recursal envolve direito processual civil intertemporal, para fins de admissibilidade do recurso denominado embargos infringentes, regido pelo Código de Processo Civil de 1973, questão essa que está a merecer melhor exame.

Ante o exposto, conheço do agravo para determinar sua conversão em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator